

Nota da Câmara de Políticas de Saúde do Cremesp

(Febre Amarela: Avançar na Coordenação Entre Governantes e na Prevenção da Doença)

O recente surto de febre amarela silvestre na região Sudeste, iniciado em Minas Gerais em 2017 e rapidamente atingindo São Paulo, é motivo de grande preocupação para toda a sociedade.

Doença de alta letalidade em que cerca de um terço dos afetados evolui a óbito é prevenível por meio de medidas sanitárias de erradicação e evitação dos mosquitos transmissores e, principalmente, por meio da vacinação em massa em áreas de risco.

A vacinação também é medida de barragem importante para impedir o ressurgimento da febre amarela urbana, cuja última notificação remonta a 1942. As áreas de risco são revistas periodicamente e ampliam-se a cada relatório emitido, tornando possível afirmar que, a rigor, ninguém está a salvo de possível contaminação a médio ou longo prazo.

Neste contexto, a Câmara de Políticas de Saúde do Cremesp apoia a decisão da Secretaria de Estado de São Paulo de vacinar toda a população do estado até o final de 2018. Esta medida está em consonância com recente decisão da Organização Mundial de Saúde, que passou a considerar todo o estado de São Paulo como área de risco para a febre amarela. O fracionamento da dose vacinal é comprovadamente imunogênico e permitirá ampliar o alcance da vacinação a todos.

A logística da distribuição da vacina deve acompanhar e mesmo se antecipar em áreas de maior risco estabelecido ou potencial.

Assim campanhas de esclarecimento em relação à segurança da vacina devem ser encetadas em vários meio midiáticos.

É preocupante a constatação de que muitos deixam de se vacinar por medo de efeitos colaterais graves, mas raros, quase sempre restritos a idosos e indivíduos imunodeficientes. A produção da vacina deve ser priorizada sem que se prejudique a de outras vacinas presentes no calendário vacinal, com todo o apoio financeiro e logístico que essa medida prioritária demande.

Os esclarecimentos da efetividade das medidas preventivas, de reconhecimento do quadro clínico e da importância da notificação compulsória mesmo sem diagnóstico confirmatório devem ser reforçados para toda a classe médica e trabalhadores da saúde, em especial para as equipes que atuam na Atenção Básica e em serviços de pronto-atendimento.

Entendemos também que esse é um esforço de todas as autoridades nas esferas federal, estadual e dos municípios, assim como de toda a sociedade civil e da classe médica.

O avanço desta epidemia de alta letalidade e o fantasma do retorno da sua forma urbana são motivos suficientes para uma mobilização coordenada e planejada, dentro da expertise brasileira já adquirida no campo da cobertura vacinal.